

# **MESTRADO EM**CIÊNCIAS EMPRESARIAIS

# TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

A RELEVÂNCIA DO FINANCIAMENTO NA PERFORMANCE DO ATLETISMO

DIOGO SERRANO DIAS PLANTIER SARAIVA

**JUNHO 2018** 



# **MESTRADO EM**CIÊNCIAS EMPRESARIAIS

# TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

# A RELEVÂNCIA DO FINANCIAMENTO NA PERFORMANCE DO ATLETISMO

DIOGO SERRANO DIAS PLANTIER SARAIVA

# **ORIENTAÇÃO:**

PROF. DOUTOR ANTÓNIO CARLOS DE OLIVEIRA SAMAGAIO

**JUNHO 2018** 

### RESUMO

Através de projetos divididos por Ciclos Olímpicos, os governos fazem investimentos nas federações desportivas com vista a obtenção de resultados desportivos nas principais competições das diferentes modalidades. Este estudo foca-se exclusivamente na modalidade de atletismo.

Este estudo desenvolve-se no âmbito de dois tópicos de investigação, o financiamento e os resultados desportivos, tendo como objetivo avaliar qual o impacto do financiamento na obtenção de resultados desportivos, através de um estudo comparado entre a Federação Portuguesa de Atletismo, Real Federación Española de Atletismo e United Kingdom Athletics.

Esta pesquisa foi elaborada através da recolha de dados financeiros (financiamento do estado, recursos próprios e financiamento do estado por atleta de atletismo) e desportivos das diferentes federações (Jogos Olímpicos, Campeonatos de Mundo e da Europa de Seniores, Sub-23, Juniores e Juvenis) desde 2005 a 2016.

Através de uma análise de dados multivariada, mais concretamente de uma regressão, os resultados obtidos demonstram que em Portugal e no Reino Unido o financiamento não tem impacto nos resultados desportivos, enquanto para Espanha o resultado foi o oposto.

A realização de matrizes de avaliação do impacto do financiamento nos resultados desportivos poderá ser uma estratégia para avaliação dos mesmos e para uma melhor gestão de recursos e sustentabilidade das próprias organizações.

Palavras-chave: Desporto; Resultados Desportivos; Financiamento do Estado; Financiamento.

## **ABSTRACT**

Through projects organized by Olympic Cycles, governments make investments in sports federations in order to obtain sports results in the main competitions of the different modalities. This work focuses exclusively on athletics.

This study is developed under two research topics - financing and sports results - with the objective of evaluating the impact of financing on obtaining sports results, through a comparative study between the Portuguese Federation of Athletics, Real Federation Spanish Athletics and United Kingdom Athletics.

This research was elaborated through the collection of financial data (from state funding, state resources and state funding by athletics athlete) and sports of the different federations (Olympic, World and European Championships of Seniors, Under-23s, Juniors and From 2005 to 2016.

Through an analysis of multiple data, more specifically a regression, the results show that for countries like Portugal and the United Kingdom financing has no impact on sporting results, whereas for countries like Spain the result was the opposite.

The realization of matrices for evaluating the impact of funding on sports results may be a strategy for evaluating them and for better management of resources and sustainability of the organizations themselves.

Keywords: Sport; Sporting Results; Governance Grants; Financing;

# **AGRADECIMENTOS**

Começo por agradecer ao Prof. Doutor António Carlos de Oliveira Samagaio pelo interesse no tema deste estudo e pela consequente orientação e disponibilidade demonstrada para a elaboração do mesmo.

À Federação Portuguesa de Atletismo, nas pessoas do seu Presidente Professor Jorge António de Campos Vieira e do Vice-Presidente Professor Paulo Jorge dos Santos Sustelo Bernardo pelo acesso que me deram à informação e pela facilidade de debate que demonstraram ao longo do tempo de elaboração deste estudo.

Aos meus familiares e amigos, que através das suas palavras me incentivaram a prosseguir com o estudo até ao final.

# LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

- ADO Asociación de Deportes Olímpicos
- CCAA Direcciones Generales de Deportes de las Comunidades Autónomas
- COE Comité Olímpico Espanhol
- COI Comité Olímpico Internacional
- COP Comité Olímpico de Portugal
- CSD Consejo Superior de Deportes
- DCMS Departamento de Cultura, dos Meios de Comunicação e do Desporto
- FPA Federação Portuguesa de Atletismo
- HNSC Home Nation Sport Council
- IAAF Federação Internacional de Atletismo
- IPDJ Instituto Português do Desporto e da Juventude
- PIB Produto Interno Bruto
- PWC PricewaterhouseCoopers
- SPLISS Sports Policy factors Leading to International Sporting Success

# ÍNDICE

I.	INT.	RODUÇAO	9
II.	REV	ISÃO DE LITERATURA	12
_		diferentes sistemas desportivos, Portugal, Reino Unido e Espanha ura Governamental e as principais instituições	
	2.1.	Organização do Desporto em Portugal	16
	2.2.	Organização do Desporto no Reino Unido	19
	2.3.	Organização do Desporto em Espanha	21
3	. Es	tudos empíricos de relevância do financiamento no desporto	24
III.	M	ETODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	27
4	. Pr	oblema de Investigação	27
	4.1.	Questões de Investigação	27
	4.2.	Metodologia e Amostragem Selecionada	27
IV.	RE	SULTADOS	31
V.	CON	NCLUSÃO	36
RE	FERÊ	NCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38
LE	GISL	AÇÃO	40
ΔN	FXOS		42

# ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Modelo SPLISS	13
Figura 2: Fatores de sucesso desportivo	15
Figura 3: A Estrutura Governamental e as Principais Instituições	18
Figura 4: A Estrutura do Financiamento Desportivo	19
Figura 5: A Estrutura Governamental e as Principais Instituições	21
Figura 6: A Estrutura do Financiamento Desportivo	21
Figura 7: Estrutura de Gestão do Desporto Espanhol	24
Figura 8: Fontes de financiamento desportivo	26

# ÍNDICE DE TABELAS

Tabela I - Resultados Desportivos dos últimos 3 Ciclos Olímpicos, das seguinte
competições: Jogos Olímpicos, Campeonato do Mundo e da Europa de seniores, sub-23
juniores e juvenis
Tabela II - Financiamento das Federações de Atletismo de Portugal, Espanha e Rein
Unido
Tabela III - Número de Atletas e PIB per Capita de Portugal, Espanha e Reino Unido 3
Tabela IV - Estatísticas Descritivas
Tabela V - Correlação Variáveis
Tabela VI - Modelo explicativo dos Resultados Desportivos do Atletismo – Universo do
três países

# I. INTRODUÇÃO

Todos os anos, geralmente através de projetos divididos por Ciclos Olímpicos, os governos fazem investimentos nas federações desportivas com vista a obtenção de resultados desportivos nas principais competições das diferentes modalidades. O Atletismo, sendo uma das principais modalidades Olímpicas, não é exceção, existe um investimento regular e contínuo dos diferentes governos de uma grande parte dos países representados no Comité Olímpico Internacional que visa o desenvolvimento da modalidade no país e a consequente obtenção de resultados desportivos.

Segundo De Bosscher et al (2006) são nove os pilares que podem influenciar o sucesso desportivo de cada país. Contudo, nem todos podem ser controlados nem monitorizados da mesma forma, havendo uns que podem ser alvo de políticas para o seu aperfeiçoamento e outros não. Para este estudo, visto que a principal questão é perceber como variam os resultados desportivos em função do financiamento, iremos centrar as nossas atenções no primeiro e segundo pilares deste modelo (*Financial Support* e *Organization and structure of sports policies*), pois, são estes que mais facilmente podem ser controlados pelas políticas desportivas nacionais.

Deste modo, numa ótica de quem gere, tanto por parte das Federações como por parte da tutela (Estado), principalmente no final dos referidos ciclos, existem avaliações sobre o financiamento disponibilizado e os resultados que se conseguiram obter. Contrariamente do que seria de prever, apenas alguns estudos se têm baseado nestes fatores organizacionais, embora, as organizações desportivas nacionais em todo o mundo façam grandes investimentos na procura do desempenho desportivo, pouco se sabe sobre a razão de alguns países alcançarem esse sucesso em alguns eventos específicos. (De Bosscher et al, 2006)

Através do Modelo SPLISS conseguimos ter uma visão holística sobre os fatores que podem influenciar os resultados desportivos de um certo país, onde se inserem as políticas de financiamento dos estados, e percebermos que é através destas políticas que é feito o *Input* sobre a importância que o próprio estado concede ao desporto.

Já no que se refere à organização desportiva de cada um dos países em estudo, podemos destacar que Portugal concede às Federações Desportivas o desenvolvimento de todas as vertentes desportivas de uma modalidade em contraposição com o Reino

Unido e Espanha. Em Espanha, no que se refere os atletas olímpicos e no Reino Unido para os atletas de alta competição, foram desenvolvidas organizações próprias que lhes permitem dar um apoio mais incisivo sobre estes mesmos atletas, tirando esse peso de cima das federações. Para além disso, muito por uma questão de dimensão geográfica e, consequentemente demográfica, tanto o Reino Unido como Espanha apresentam estruturas organizacionais mais complexas, com um maior número de entidades do que a portuguesa. Não obstante estas diferenças, como poderemos observar pelo estudo abaixo, o peso do financiamento do estado para as federações desportivas nacionais é bastante grande, representando uma fonte de financiamento fundamental para a sustentabilidade das mesmas.

Para este estudo, da mesma forma que foi realizado pela *PricewaterhouseCoopers* (2012), foi elaborada uma análise sobre os resultados obtidos nos últimos três ciclos Olímpicos por Portugal, Espanha e Reino Unido, comparando o financiamento público recebido para esse mesmo período. Tendo como base estes três países, todos Europeus, importa referir que têm uma estrutura comum entre elas fazendo parte do Modelo Europeu do Desporto que,

"assenta em competições nacionais e internacionais; que valoriza a importância sócio-cultural do desporto; que vê na exploração comercial do desporto um veículo de posterior redistribuição da riqueza; que funciona numa pirâmide de ligas abertas com promoção e relegação em função do mérito; que implementa solidariedade vertical; que promove os valores éticos e sociais do desporto."

Mestre (2004), p. 137

Não obstante poderem existir linhas gerais que distinguem o desporto europeu dos restantes continentes, como podemos observar pelo Livro Branco do Desporto<sup>1</sup>, a Comissão Europeia considera que, ao contrário do que temos vindo a definir, pela "diversidade" e "complexidades das estruturas desportivas europeias, é irrealista tentar definir um modelo único de organização do desporto na Europa" (Tenrreiro, 2014).

No final dos referidos ciclos olímpicos e/ou no final de algumas competições de maior relevo, são discutidas as políticas que estão a ser seguidas até essa altura onde por vezes se levanta a questão da falta de financiamento por parte das entidades estatais às

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Primeira iniciativa de envergadura no domínio do desporto à escala europeia, este livro branco enuncia orientações estratégicas sobre o papel do desporto na União Europeia, nomeadamente a nível social e económico. http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:135010

modalidades. Este estudo, do ponto de vista organizacional, pode contribuir para uma nova abordagem nas discussões futuras sobre os próximos resultados, dando-lhes uma base científica para que possam ser analisadas novas perspetivas.

A abordagem apresentada neste estudo, para além da revisão da literatura, foi a realização de uma recolha estatística dos resultados desportivos e diferentes tipos de financiamento que as federações de atletismo de Portugal, Espanha e Reino Unido obtiveram ao longo dos últimos três ciclos olímpicos (2005 a 2016).

# II. REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo apresenta a revisão da literatura relacionada com o Impacto do Financiamento nos Resultados Desportivos, relacionando as diferentes abordagens da política pública no desporto, através do estudo comparado entre Portugal, Espanha e Reino Unido e ainda, alguns estudos empíricos de relevância do financiamento no desporto. Para abordarmos a problemática do financiamento no desporto, assim como a forma como este pode afetar as organizações desportivas, em particular as Federações, parece-nos fundamental tentar identificar quais os fatores que podem levar um país ao sucesso desportivo, designadamente através da explicação do modelo SPLISS (Sports Policy factors Leading to International Sporting Success), conforme é apresentado em abaixo.

# 1. As Diferentes Abordagens da Política Pública no Desporto - O Modelo SPLISS

Neste subcapítulo iremos abordar os diferentes fatores que podem influenciar o sucesso desportivo internacional tendo como base o modelo SPLISS. Este modelo, como nos explica De Bosscher et al (2006) surge no final de 2002, através da criação de um consórcio internacional entre a Holanda, Reino Unido e Bélgica, que tinha como objetivo comparar o sucesso das políticas desportivas dos diferentes países. O referido modelo começou por identificar os fatores que determinam o sucesso desportivo de alto rendimento *elite sport*, dividindo-os em três diferentes níveis: o praticante e o seu ambiente pessoal (nível micro), as políticas desportivas e o seu financiamento (nível meso) e o contexto social e cultural das diferentes sociedades (nível macro).

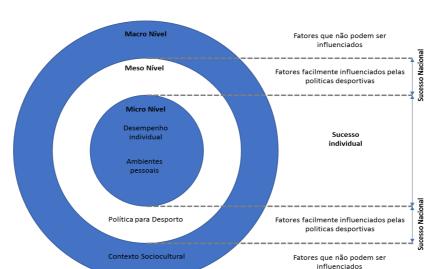


Figura 1: Modelo SPLISS. Fonte: De Bosscher et al (2006)

Como podemos observar pela figura 1, no que diz respeito ao nível micro encontramos os fatores que influenciam o sucesso individual dos atletas, isto é, desde as suas qualidades genéticas até ao seu ambiente mais pessoal, os seus pais, amigos e treinadores. Neste nível alguns destes fatores podem ser controlados - desde as técnicas de treino, as táticas, o apoio médico e psicológico, entre outros - enquanto outros não, como a genética, por exemplo.

Já no que se refere ao nível macro, podemos identificar fatores como o ambiente económico, a demografia de cada país, as alterações geográficas e/ou climáticas, entre outros. Segundo este modelo, no nível macro, podemos identificar três perspetivas que parecem contraditórias, mas são complementares entre elas. (1) Alguns estudos demonstram que o sucesso do desporto de alta competição é em grande parte determinado pelos fatores que lhe estão associados, (Hoffmann et al, 2001; De Bosscher et al, 2003a & 2003b) (2) contudo, uma característica comum destes fatores é que uma boa parte não está sob o controlo dos diferentes sistemas políticos, (3) para além desta perceção, está a ser desenvolvido um consenso entre investigadores, em como a população e o PIB (produto interno bruto) têm cada vez menos impacto no desempenho do desporto de alta competição do seu país. A principal razão para esta ideia é que à medida que se desenvolvem estratégias para os atletas de alta competição, estas dependem cada vez menos de variáveis incontroláveis, e mais das variáveis que são amplamente consideradas

como essenciais para um sistema de desenvolvimento de atletas de alta competição (Oakley & Green, 2001).

Apesar de qualquer um destes níveis poder ter um peso importante no desempenho desportivo de cada país, para este estudo, uma vez que o que se está a analisar é o impacto do financiamento nos resultados, iremos centrar as nossas atenções no nível meso.

Relativamente ao nível meso, em que os seus fatores são praticamente determinados pelas políticas desportivas, segundo De Bosscher et al (2006) o sucesso desportivo de cada país está fortemente condicionado pela eficácia do investimento e das políticas desportivas desse mesmo país. Não obstante, ainda segundo estes autores, entre o nível meso e o nível macro existem outros fatores que podem influenciar o sucesso desportivo, mas que pela sua natureza e impacto nas políticas desportivas apenas têm uma influência indireta, como são o exemplo dos media ou da cobertura mediática, das tradições desportivas e da cultura *anti-doping*.

Posto isto, os fatores que constam do nível meso são os únicos que podem ser influenciados e alterados pelas políticas desportivas nacionais de cada país. Como já foi referido, apenas alguns estudos se têm baseado nestes fatores organizacionais, pois, as organizações desportivas nacionais em todo o mundo fazem grandes investimentos na procura do desempenho desportivo.

Baseado em vários autores (De Bosscher et al, 2006), os estudos realizados neste âmbito, concluíram que os fatores que levam ao sucesso desportivo podem ser divididos em nove. Estes nove fatores dividem-se pelas noções de *input* (entradas), *throughput* (processo) e *output* (saídas) e constituem a base do quadro analítico do modelo SPLISS. A noção de *input* e de *output* podem ser expressas quantitativamente ou qualitativamente e, mesmo assim são fatores mais ou menos fáceis de medir. Já a noção *throughput* referese à eficiência das políticas desportivas, isto é, a otimização da gestão dos *inputs* para produzir os *outputs* necessários para o sucesso desportivo. A noção *throughput* é mais difícil de medir, pois, muitas vezes, é avaliada através de meios indiretos.

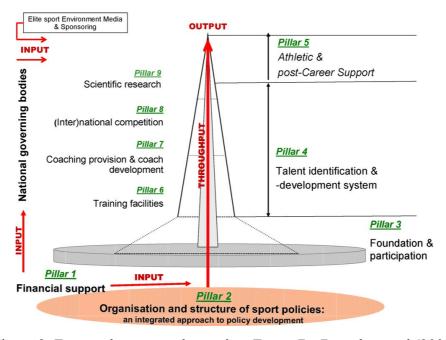


Figura 2: Fatores de sucesso desportivo. Fonte: De Bosscher et al (2006)

Na noção de *input*, como observamos pela figura 2, encontra-se o pilar 1, *financial support* que, como nos refere De Bosscher et al (2006), são os recursos financeiros que servem como medidas de incentivo. Em princípio, os países que investem mais no desporto, estão a criar mais oportunidades para os seus atletas treinarem em melhores condições. Como tal, este pilar é um indicador de eficácia da fase de *input*. Embora uma relação entre a despesa e o sucesso *output* possa raramente ser encontrada na literatura, existem muitos exemplos de países que melhoraram os seus desempenhos após um aumento significativo do investimento no desporto de alta competição. Este acontecimento deve-se muitas vezes após o insucesso em importantes eventos internacionais, pois esses eventos focam a atenção dos decisores políticos em propostas destinadas a melhorar o desempenho no desporto de alta competição (De Bosscher et al, 2006).

Já no que se refere ao conceito de *troughput* e, neste caso, ao pilar 2 deste modelo, o montante de recursos dedicados ao desporto de alta competição é muito importante, mas, é a organização e a estrutura do desporto, assim como a relação entre a sociedade e o desporto, que determinam a eficiência do uso desses recursos, e consequentemente as hipóteses do sucesso desportivo de cada um dos países. Ainda neste seguimento, não há consenso ou preferência a respeito da necessidade de centralização ou de uma grande

intervenção estatal no desporto de alta competição. É mais importante existir um bom sistema de comunicação com uma descrição de tarefas claras, assim como, outro fator importante é a simplicidade administrativa (De Bosscher et al, 2006).

No que se refere aos restantes pilares, sem descurar a importância que todos eles têm para o sucesso desportivo de um atleta e, consequentemente de um país, não iremos abordar aprofundadamente visto que todos eles, independentemente de poderem ser influenciados pelas políticas desportivas do seu país, estão mais ligados à própria prática desportiva do que propriamente às políticas desportivas em questão.

# 2. Os diferentes sistemas desportivos, Portugal, Reino Unido e Espanha – A Estrutura Governamental e as principais instituições

Neste capítulo, pretende-se apresentar as diferentes formas de organização desportiva de cada um dos países (Portugal, Espanha e Reino Unido), com um enfoque natural para os mecanismos de financiamento do Estado às respetivas federações desportivas nacionais.

# 2.1. Organização do Desporto em Portugal

No contexto desportivo português, segundo nos refere Constantino (2015) a intervenção e jurisdição governamental seguem "claramente uma perspetiva centralizada" que, através da Secretaria de Estado do Desporto e da Juventude são estabelecidas as orientações da política desportiva, sendo esta a fonte da maioria das normas que regulam o funcionamento do sistema desportivo nacional. No que se refere ao Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ), segundo este mesmo autor, podemos dizer que funciona como o "braço operacional junto das organizações desportivas", como são as Federações, Associações e Clubes.

"Apesar das sucessivas versões da lei de bases referenciarem o princípio da descentralização administrativa em favor dos governos locais (Municípios)"<sup>2</sup>, segundo

<sup>2</sup> Através das Leis que se seguem, em que a última derroga as restantes, percebemos que existe uma preocupação do legislador sobre o tema da descentralização administrativa do desporto, passando, de uma alínea dos "Princípios fundamentais" para um artigo especifico sobre esta temática; Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, Artigo 5.º Princípios da coordenação, da descentralização e da colaboração; Lei n.º 30/2004, de 21 de Julho, Lei de Bases do Desporto, Artigo 9.º

percebemos pelas diretrizes anuais da Secretaria de Estado do Desporto e da Juventude, através do IPDJ, relativamente às competências de regulação e implementação de programas desportivos, estes "permanecem ao nível central, ainda que sejam os municípios que cada vez mais desempenham um papel vital no apoio e financiamento ao desporto, nomeadamente o desporto local." (Constantino, 2015).

No que se refere às Federações Desportivas, segundo o mesmo autor, a "implementação e coordenação das políticas desportivas", feita pelo Estado, através do IPDJ, concretiza-se na delegação às organizações desportivas, através de um conjunto de requisitos legais e "através da atribuição do Estatuto de Utilidade Pública Desportiva", segundo a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (2007), do "direito a exercer um conjunto de poderes públicos de natureza reguladora e disciplinar na sua área de atividade".

O sistema de financiamento do Estado Português às Federações Desportivas, é realizado pelo IPDJ através de contratos-programa de desenvolvimento desportivo<sup>3</sup> e permite que as federações desportivas recebam "dinheiros públicos para a realização das suas atividades onde se estabelecem os termos, as condições e objetivos a alcançar em cada programa desportivo levado a cabo pela respetiva federação" (Constantino, 2015). Neste seguimento, visto que o Estado, qualquer que seja a entidade, apenas pode conceder financiamento às organizações desportivas, através deste tipo de contratos, é importante destacar que de acordo com o Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 273/2009 de 1 de Outubro, podem beneficiar da concessão de apoios:

a) O Comité Olímpico de Portugal e o Comité Paralímpico de Portugal; b) A Confederação do Desporto de Portugal; c) As federações desportivas; d) As associações ou confederações de praticantes, de treinadores e de árbitros, bem como os clubes desportivos; e) As sociedades desportivas, nos termos previstos no presente decreto -lei.

in Diário da República (2009), p. 7088

Princípio da descentralização; Lei n.º 1/90 de 13 de Janeiro, Lei de Bases do Sistema Desportivo, Artigo 2.º Princípios fundamentais, alínea i).

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Decreto-Lei n.º 273/2009 de 1 de Outubro - Com a publicação da Lei n.º 1/90, de 13 de Janeiro, que aprovou a Lei de Bases do Sistema Desportivo, foi introduzido no nosso ordenamento jurídico -desportivo o princípio de que os apoios e comparticipações financeiras atribuídos pelo Estado, pelas Regiões Autónomas ou pelas autarquias locais às diversas entidades que integram o sistema desportivo, designadamente às federações desportivas, deveriam ser titulados por contratos -programa de desenvolvimento desportivo, publicitados no Diário da República.

Para além das organizações estatais que identificámos em cima e que são os principais financiadores da atividade desportiva em Portugal, existem ainda no sistema desportivo português duas outras entidades, o Comité Olímpico de Portugal e a Confederação do Desporto de Portugal que têm "um conjunto de competências que se sobrepõem e federações desportivas nacionais representadas em ambas as entidades" (Constantino, 2015). O mesmo autor refere que, ao contrário da generalidade dos restantes países europeus onde estas organizações de topo se fundiram, ou em que dividiram competências (representando uma delas as federações de modalidades olímpicas e a outra as restantes federações), "em Portugal subsiste uma situação *sui generis* onde as federações desportivas se encontram simultaneamente representadas no Comité Olímpico de Portugal, criado em 1909, e na Confederação do Desporto de Portugal, criada em 1993".

No que se refere especificamente à Federação Portuguesa de Atletismo, é a organização responsável por toda a atividade desta modalidade a nível nacional e a que representa 22 associações distritais da qual fazem parte 15284 atletas (IPDJ, 2015).

Como resumo e de uma forma esquemática, podemos observar de seguida a estrutura organizacional do desporto português onde estão destacadas as suas principais fontes de financiamento, figura 3 e 4:

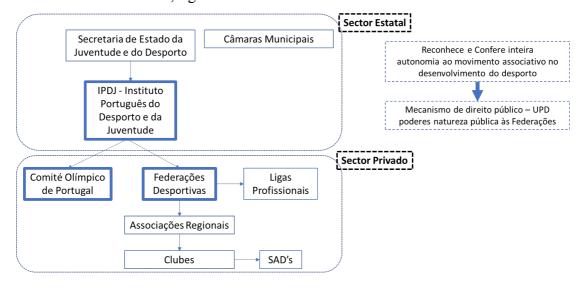


Figura 3: A Estrutura Governamental e as Principais Instituições – Elaboração Própria

Internacionais

#### Sector Estatal Orçamento de Estado Secretaria de Estado da Câmaras Municipais **Empresas Privadas** Juventude e do Desporto **Contratos Programa** IPDJ - Instituto Fundação do Português do Desporto e da Desporto Juventude Confederação Sector Privado do Desporto Comité Olímpico Federações Ligas de Portugal Profissionais de Portugal Desportivas Federações Associações Regionais

# A relevância do Financiamento na Performance do Atletismo

SAD's

Figura 4: A Estrutura do Financiamento Desportivo – Elaboração Própria

Clubes

# 2.2. Organização do Desporto no Reino Unido

No que se refere à estrutura organizacional do desporto no Reino Unido, é o Departamento da Cultura, dos Meios de Comunicação e do Desporto (DCMS), controlado pelo seu Secretário de Estado, que é responsável pelas questões relacionadas com o turismo, média e loteria nacional. Relativamente ao desporto, é a DCMS que tem a responsabilidade das duas principais organizações desportivas nacionais, o UK Sport e o Sport England, que ainda desempenha um importante papel de coordenação entre elas, com o intuito de melhorar o funcionamento geral do sistema desportivo. Apesar de ter um papel fundamental nas políticas desportivas, o DCMS apenas está envolvido indiretamente na realização dos objetivos do UK Sport e do Sport England, destacando que a decisão de alocar fundos para os projetos das Federações Desportivas não é da sua competência.

No que diz respeito ao *UK Sport*, como vimos em cima, para além der ser financiado através do DCMS, que por sua vez é uma entidade controlada pelo governo do Reino Unido, é desta organização a única responsabilidade de desenvolver e financiar o desporto de alta competição.

As responsabilidades na Community sport são diferentes, pois o Reino Unido é constituído por quatro nações, Inglaterra, Irlanda do Norte, Escócia e Gales, cada um deles com o seu próprio governo (Inglaterra é o governo comum de United Kingdom).

Nesta configuração, certas questões (incluindo o desporto) são qualificadas como assuntos descentralizados para os quais os governos respetivos são responsáveis. As tarefas do desporto comunitário são da responsabilidade dos conselhos desportivos em cada país. O maior conselho é *Sport England*, tanto em termos de tamanho, orçamento e influência sobre as políticas do desporto comunitário em Inglaterra.

No que diz respeito aos *Home Nation Sport Councils (HNSC)* são responsáveis por promover a participação desportiva para a população em geral. Cada um dos quatro conselhos está filiado ao órgão estatal correspondente e é responsável por desenvolver os detalhes das políticas desportivas, assim como financiar os projetos desportivos com o objetivo de fazer crescer a população desportiva nacional.

Os *HNSC* são responsáveis por elaborar os detalhes das políticas governamentais e também são responsáveis por financiar projetos comunitários destinados a aumentar a participação desportiva. Este financiamento deverá ser alocado de forma a chegar aos clubes desportivos locais que podem usá-lo para melhorar as instalações e o respetivo acesso ao desporto. Estes operam em estreita colaboração com federações desportivas nacionais e também desempenham um papel importante no desenvolvimento do talento desportivo, identificando o potencial existente e proporcionando-lhes oportunidades desportivas suficientes para que os jovens se tornem atletas de alta competição. Devido a isso, os *HNSC* trabalham em parceria com o *UK Sport* para garantir que os seus objetivos e investimentos estejam alinhados.

No que diz respeito ao atletismo, existem duas entidades distintas, o *UK Athletics* e o *British Athletics*, sendo que a primeira é a federação desportiva que representa o atletismo a nível internacional e a segunda é uma marca que representa o desporto, as pessoas, os atletas, os adeptos e as equipas.

Como poderemos observar pelas figuras 5 e 6, a primeira apresenta-nos as principais organizações do desporto no Reino Unido, onde estão destacadas as duas principais, *Sport England* e *Uk Sport*, segundo a KPMG (2014). Na figura 6 podemos observar os principais canais de financiamento das organizações apresentadas na figura 5.

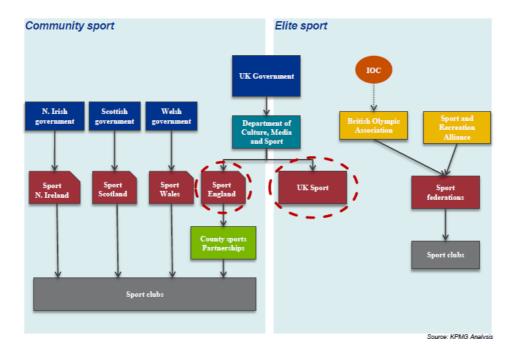


Figura 5: A Estrutura Governamental e as Principais Instituições. Fonte: KPMG (2014)

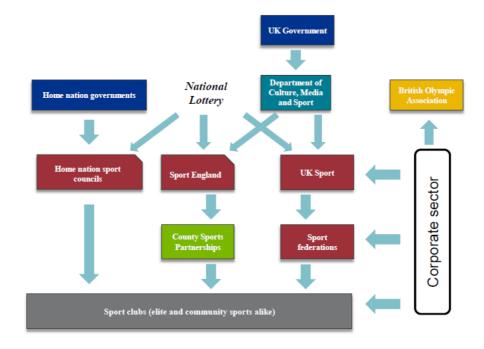


Figura 6: A Estrutura do Financiamento Desportivo. Fonte: KPMG (2014)

# 2.3. Organização do Desporto em Espanha

A organização do desporto em Espanha está baseada num sistema de colaboração mútua entre os setores público e privado. Ambos dividem responsabilidades entre a

promoção e desenvolvimento das atividades desportivas. A harmonização de interesses e corresponsabilidade social são os princípios que configuram a dinâmica social da atividade desportiva Espanhola. As principais instituições desportivas do sector público desportivo Espanhol são: o *Consejo Superior de Desportes*, as *Direcciones Generales de Deportes de las Comunidades Autónomas* e as entidades locais (*Ayuntamientos, Diputaciones, Cabildos*). No que se refere ao setor privado, as principais instituições são: *El Comité Olímpico Español*, o *Comité Paralímpico Español*, as Ligas profissionais, as federações desportivas nacionais, as *Federaciones Deportivas Autonómicas* e as associações desportivas.

No que se refere ao *Consejo Superior de Deportes* (CSD), a sua atuação é exercida diretamente pela Administração do Estado, em cumprimento da constituição que estabelece que os poderes públicos fomentam a educação física e o desporto e facilitam a sua adequada utilização. O CSD é um organismo autónomo de caracter administrativo adstrito ao Ministério da Educação e da Cultura. As funções e competência do CSD, são estipuladas pela *Ley 10/1990, del Deporte*.

As Direcciones Generales de Deportes de las Comunidades Autónomas (CCAA) têm como principais funções e competências o fomento e desenvolvimento das políticas desportivas nas comunidades autónomas espanholas. Estas estão estabelecidas pelos seus estatutos e pelas normas que regulam a atividade desportiva definidas pelas próprias comunidades. A legislação desportiva de cada comunidade delimita o campo de atuação nesta matéria, o que por sua vez, permite a diferenciação a respeito da administração do estado entre as Comunidades Autónomas (CSD, 2017).

As competências das Comunidades Autónomas, são estabelecidas pelos seus estatutos e normas regulamentares, tais como (1) a promoção, construção e gestão de instalações desportivas; (2) a proteção e coordenação de território regional das federações desportivas; (3) a coordenação, promoção e proteção de associações desportivas; (4) poderes legislativos na política desportiva a nível regional; (5) financiamento de projetos desportivos; (6) educação física e desporto escolar; (7) a formação de técnicos e dirigentes desportivos; (8) a gestão de Centros de Formação para licenciaturas em Ciências da Atividade Física e do Desporto (CSD, 2017).

No que se refere ao Comité Olímpico Espanhol (COE), é uma associação sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica e com um estatuto de utilidade publica, cujo

seu objetivo é o desenvolvimento do movimento olímpico e a difusão dos seus ideais. Integra as federações cujas modalidades são olímpicas (28) e representa o seu país perante o Comité Olímpico Internacional (COI).

As Asociación de Deportes Olímpicos (ADO) nasceram como uma iniciativa para o desenvolvimento dos atletas de alta competição para os Jogos Olímpicos de Barcelona 1992. O Programa da ADO está constituído pelo CSD, pelo COE e pela Radio Televisión Española, que formaram uma associação sem fins lucrativos e focada na obtenção de recursos financeiros para a preparação olímpica do desporto espanhol. Representantes destas três entidades formaram o órgão gestor desta associação, o que permitiu adequar a preparação olímpica aos recursos financeiros obtidos.

Desde então, a ADO funciona como uma entidade de gestão privada que faz a administração e gere os fundos que proveem dos financiamentos dos patrocinadores e, que por sua vez, controlam o desenvolvimento dos diferentes planos desportivos que as federações olímpicas apresentam anualmente. A ADO tem como objetivos principais conseguir uma atuação destacada da equipa olímpica espanhola aquando da sua participação nos jogos olímpicos; a promoção dos atletas de alta competição e controlo e financiamento dos projetos desportivos das federações olímpicas para a sua participação nos Jogos Olímpicos (CSD, 2017).

O Comité Paralímpico Espanhol está constituído de acordo com os princípios e normas do Comité Paralímpico Internacional sendo um organismo sem fins lucrativos e com personalidade jurídica.

No que diz respeito às Federações Desportivas, são entidades providas de personalidade jurídica, de âmbito e atuação nacional, integradas pelas *Federaciones Deportivas Autonómicas*, clubes, atletas, treinadores, juízes, árbitros, ligas profissionais e outras entidades interessadas na promoção e desenvolvimento de uma modalidade desportiva específica. As federações desportivas espanholas administram, gerem, organizam e regulamentam a sua modalidade desportiva, debaixo da tutela do CSD.

As *Federaciones Deportivas Autonómicas*, são entidades com características e finalidades idênticas às anteriores cuja atuação está limitada ao seu âmbito territorial, representando as Federações Desportivas Espanholas na sua respetiva região.

As entidades associativas desportivas são associações privadas, cujo o seu principal fim é promover uma ou mais modalidades desportivas para os seus associados,

e a sua participação em atividades ou competições desportivas. As entidades desportivas, de acordo com o estabelecido pela *Ley 10/1990*, *de 15 de octubre, del Deporte*, são classificadas em: *clubes elementales, clubes básicos, clubes de deporte profesional y Sociedades Anónimas Deportivas*.

No que se refere à *Real Federación Española de Atletismo*, para além de ser a principal organização responsável pelo desenvolvimento desta modalidade, entre outras entidades que fazem parte desta, destacamos os 1.528 clubes e os 74.087 atletas que nela estão inscritos.

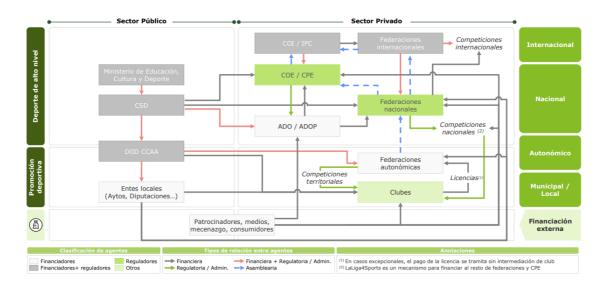


Figura 7: Estrutura de Gestão do Desporto Espanhol: Deloitte (2018)

# 3. Estudos empíricos de relevância do financiamento no desporto

A capacidade financeira de uma organização com fins lucrativos é definida como o potencial que a organização tem para desenvolver e aplicar capital financeiro e converte-lo em dinheiro: receitas, despesas, ativos e passivos (Bourdieu, 1986; Hall et al, 2003).

Múltiplos critérios devem ser usados para entender e medir o desempenho financeiro tanto para organizações sem fins lucrativos como para as com fins lucrativos. Considerando que as organizações com fins lucrativos definem e medem principalmente o desempenho financeiro de acordo com a margem operacional, a margem total, o retorno sobre os ativos, o retorno do investimento, a rentabilidade, os beneficios, etc. As organizações sem fins lucrativos concentram-se na estabilidade financeira, orçamento equilibrado, metas de financiamento, entre outros. Mesmo que estes últimos sejam sem

fins lucrativos, não quer dizer que tenham/possam ter prejuízos (Casteuble, 1997), sendo esta a razão pela qual o desempenho financeiro das organizações sem fins lucrativos é crucial para a sua sobrevivência. Gerrard (2004) identificou três papéis para a análise do desempenho financeiro numa organização desportiva: (1) a identificação das principais informações financeiras; (2) a mensurabilidade dos valores financeiros; (3) a comunicação às partes interessadas da organização. No entanto, as organizações desportivas têm objetivos diferentes que podem ter um impacto distinto dependendo do uso que fazem das informações financeiras.

O movimento desportivo inclui dois tipos de organizações desportivas, as profissionais/comerciais e amadoras/organizações sem fins lucrativos, para as quais a resposta ao desempenho financeiro é radicalmente diferente. Esta questão é relevante porque nem sempre é claro a que tipo pertence uma organização desportiva (por exemplo, clubes desportivos profissionais com estatuto sem fins lucrativos).

Neste caso, estando a abordar o tema das federações desportivas, é necessário especificar que são organizações sem fins lucrativos, pois desenvolvem e promovem a sua modalidade como principal objetivo. Os seus recursos estão diretamente ligados ao desenvolvimento de atividades desportivas e à organização de competições para os seus associados. A capacidade de uma destas organizações em atrair recursos financeiros de fontes externas é considerada um imperativo estratégico para a mesma (Thibault et al, 1993).

Portanto, o seu desempenho financeiro pode ser considerado um tópico central para a sua sustentabilidade a longo prazo (Harrison & Sexton, 2004). Para este tipo de organizações, a acumulação de recursos financeiros vai contra os seus objetivos (Bayle, 1999; Smith, 2000). Além disso, a sua dependência financeira de agentes externos geralmente limita a sua flexibilidade para o desenvolvimento e planeamento estratégico da organização (Thibault et al, 1993). Sendo organizações sem fins lucrativos, é a fonte de financiamento que sustenta a organização, sendo que os pesos dos diferentes tipos de apoio financeiro podem, segundo Kimberly & Rottman (1987), influenciar a direção da tomada de decisão da mesma. O contributo financeiro por parte do estado é um dos principais aspetos para o desempenho financeiro das federações, que contrasta com as organizações com fins lucrativos. Para as federações desportivas, o financiamento varia entre taxas de inscrição, angariação de fundos, apoio financeiro em forma de patrocínio,

subsídios incondicionais e subsídios afetados a objetivos específicos (Kikulis et al, 1992). O equilíbrio entre esses mesmos recursos influência a estratégia organizacional e valoriza a sua orientação para o desenvolvimento da modalidade (Kikulis et al, 1992).

Segundo Winand et al (2012) o financiamento do desporto é composto por alguns segmentos, como podemos ver pela figura 7, que incluem o Estado, o Autofinanciamento, o Patrocínio pessoal ou institucional, e Jogos de Sorte ou Azar.

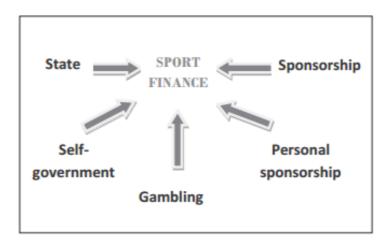


Figura 8: Fontes de financiamento desportivo. Fonte: Winand et al (2012)

Quando falamos do financiamento do estado, este é limitado pelo orçamento anual e tem de cumprir as normas legais de cada país no que se refere ao financiamento público. O financiamento das atividades desportivas pode ser ainda, informal, privado ou comunitário. As atividades desportivas informais não têm um tipo de financiamento organizado, é feito à medida que as necessidades vão surgindo. No que se refere ao financiamento privado, é feito mais como uma forma de troca de serviços do que através de um valor monetário. O outro caso de financiamento privado é externo, onde não só o atleta, mas também os outros agentes conseguem retirar maior retorno (Winand et al, 2012).

# III. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Este capítulo apresenta o modelo conceptual de pesquisa que foi adotado para este estudo, suportado pela revisão da literatura que foi desenvolvida acima contribuindo para uma melhor compreensão do mesmo.

## 4. Problema de Investigação

O sistema de financiamento do desporto por parte do estado é diferente de país para país, (KPMG, 2014). Ao longo das décadas, estando o desporto tipicamente organizado por ciclos olímpicos (quatro em quatro anos), principalmente no final dos referidos ciclos, tanto as entidades estatais como outras entidades, como são as Federações Nacionais ou outros *stakeholders* procuram respostas para os resultados obtidos *versus* o financiamento/investimento feito para cada uma das modalidades. (De Bosscher et al, 2006).

Neste contexto, o tema central de investigação é: O Impacto do Financiamento nos Resultados Desportivos das Federações Nacionais de Atletismo – Estudo comparado entre Portugal, Espanha e Inglaterra.

# 4.1. Questões de Investigação

As questões de investigação surgem da análise dos dados disponíveis relativos às federações desportivas, através da revisão da literatura apresentada no capítulo anterior. São estas questões que ajudam uma abordagem ao problema de investigação de forma estruturada, sendo que foram identificadas as seguintes:

- 1. O financiamento tem impacto nos resultados desportivos das federações de atletismo?
- 2. A autonomia financeira das federações aumenta os resultados desportivos dos seus atletas?

# 4.2. Metodologia e Amostragem Selecionada

Para um estudo desta natureza existem dois grandes paradigmas de investigação, o método qualitativo e o método quantitativo. Apesar de a principal metodologia ter sido a quantitativa, também a qualitativa teve de ser adotada.

A metodologia quantitativa recorreu à recolha de dados institucionais das três federações em estudo e dos respetivos órgãos que as regem. Também para cada um dos países em estudo foi necessário a consulta do PIB per capita, neste caso com fonte: Eurostat – Real GDP per Capita.

Para utilizarmos esta metodologia foi necessária uma definição prévia de parâmetros. Primeiro, foi necessário definir quais as federações em que iria recair este estudo, sendo que a Federação Portuguesa de Atletismo (FPA) seria o principal objeto de estudo. As duas outras federações selecionadas foram a espanhola e a do Reino Unido. A espanhola pela sua proximidade geográfica e pela ligação histórica ao nosso país, e a do Reino Unido pela forma distinta como o desporto está organizado e por terem estado na organização de uns Jogos Olímpicos muito recentemente — o que nos permite fazer um ponto de comparação sobre o financiamento de um evento desta natureza quando realizado no próprio país.

Para além disso, com o início da recolha de dados (pela limitação e organização dos dados recolhidos que dificultaram o processo de recolha), definiu-se que o período de análise seria de 2005 (inicio de um Ciclo Olímpico) a 2016 (fim do último ciclo Olímpico), portanto 12 anos. Outro dos parâmetros que estiveram na origem desta análise foi a identificação das provas que seriam consideradas para definirmos o que seriam os resultados desportivos do Atletismo. Neste caso, foram analisadas todas provas internacionais de atletismo, incluindo Juvenis, Juniores, Sub-23 e Seniores, exceto as denominadas Taças do Mundo e da Europa pela discussão sobre o seu real valor enquanto competição relevante. Para além da recolha dos resultados desportivos de cada uma destas federações para os anos indicados, obtidos através dos sites de cada uma das federações ou através do site da Federação Internacional de Atletismo (IAAF), foram também recolhidos os financiamentos anuais dos Estados a estas mesmas federações.

Para podermos comparar todos estes dados financeiros, foi necessário convertêlos em preços constantes utilizando um deflator do PIB com base em 2010.

Ainda no que se refere à definição prévia de parâmetros, foi necessário desenvolver um coeficiente que nos permitisse comparar resultados desportivos num certo período de tempo, tendo para isso utilizado o suporte da Secretaria de Estado da Juventude do Desporto, através da sua portaria 103/2014 de 15 de maio, onde define os prémios monetários a atribuir a cada resultado relevante por atleta medalhado. Outras das

fontes utilizadas foram o Comité Olímpico Português, o Comité Olímpico Espanhol e do Reino Unido, que à medida do que é feito em Portugal, atribuem um valor monetário por resultado desportivo, sendo que cada uma destas entidades apenas premeia os três primeiros classificados nos Jogos Olímpicos. Por fim, também a Diamond League e a Federação Portuguesa de Atletismo foram utilizadas como fontes para a definição dos coeficientes a utilizar, como forma de uniformização de resultados, pois para além de atribuir prémios monetários aos primeiros oito classificados de cada prova, ainda lhes atribui pontos, no caso da Diamond League. Já a FPA distingue as competições e as classificações para as quais os atletas passam a fazer parte do seu programa de alto rendimento. Para além destas fontes, como referimos em cima, para a definição de um mapa de coeficientes, também foi utilizada a metodologia qualitativa, através de entrevistas com três dirigentes da Federação Portuguesa de Atletismo que nos permitiu fazer a distinção de "valor/importância" de cada uma das competições estudadas.

Todas estas fontes foram utilizadas de forma a perceber que percentagem poderia significar um resultado relativamente a outro, isto é, perceber qual a diferença atribuída para o estado ou para outra entidade, entre um primeiro lugar e um segundo ou terceiro lugar. Tendo isto como base, foram atribuídos coeficientes para as classificações de 1º a 16º classificados, e ainda, por importância de prova e por escalão, onde resultou uma tabela matriz que é apresentada em anexo I – Mapa de coeficientes.

Deste modo, através da descrição acima, para os anos analisados e para as três principais competições internacionais, os três países em estudo apresentaram os seguintes resultados:

Tabela I Resultados Desportivos dos últimos 3 Ciclos Olímpicos, das seguintes competições: Jogos Olímpicos, Campeonato do Mundo e da Europa de seniores, sub-23, juniores e juvenis – Elaboração Própria

	FEDERAÇÃO PORTUGUESA ATLETISMO		Real Fec Española d	deración	UNITED KINGDOM ATHLETICS	
	Resultados PT	Resultados Ciclo PT	Resultados ESP	Resultados Ciclo ESP	Resultados UK	Resultados Ciclo UK
2005	3,081	10.771	7,281	31,953	3,501	16.007
2006	2,073	10,771	6,205		4,271	16,007

	1 ^	. 1	т.	• ,		D C	1	A 11 1°
Δ	relevano	บาล ศก	. H 11	nanciamento	ทจ	Pertorm	മനമല പറ	Afleficmo
/ <b>1</b>	1 CIC valid	na uo	1 11	maniciani cino	ma	1 CHIOHH	ance do	711101131110

2007	2,915		6,709		3,694		
2008	2,701		11,758		4,540		
2009	3,513		5,692		4,372		
2010	2,627	15,463	5,697	23,608	5,883	23,269	
2011	4,041		4,340		3,610		
2012	5,282		7,878		9,403		
2013	1,647		6,647		4,646		
2014	2,018	10.202	5,359	26.260	7,171	30,162	
2015	1,866	10,302	5,182	26,369	4,643		
2016	4,772		9,180		13,703		

Pela análise da tabela I, podemos destacar o resultado do Reino Unido em 2016 (13,703) como sendo o melhor e o de Portugal em 2013 (1,647) como sendo o pior. No que ao ciclo olímpico diz respeito destaca-se a Espanha (31,953) de 2005 a 2008.

No que se refere ao financiamento, como poderemos ver pelo quadro abaixo, os tipos de financiamento recolhidos para análise deste estudo foram o do estado e os recursos próprios das federações. Os valores apresentados são atualizados de acordo com as taxas de rendibilidade de obrigações do tesouro da Alemanha.

Tabela II Financiamento das Federações de Atletismo de Portugal, Espanha e Reino Unido – Elaboração Própria

	PORT	eração Tuguesa Etismo	Real Fede Española de /		UVAN UNITED KINGDOM ATHLETICS		
	Financiamento Estado	Recursos Próprios	Financiamento Estado ESP	Recursos Próprios ESP	Financiamento Estado UK	Recursos Próprios UK	
2005	4.059.053 €	316.974 €	7.607.605 €	12.336.907 €	6.577.537 €	14.223.538 €	
2006	4.415.939 €	243.475 €	7.947.078 €	7.318.005 €	6.698.953 €	13.010.753 €	
2007	4.232.558 €	430.882 €	8.155.837 €	7.255.123 €	7.940.764 €	15.359.079 €	
2008	3.961.296 €	494.605 €	8.368.557 €	16.177.220 €	8.109.363 €	16.058.938 €	
2009	4.419.586 €	475.585 €	7.799.665 €	11.567.007 €	9.228.697 €	15.994.509 €	
2010	4.623.205 €	543.301 €	7.282.159 €	22.132.000 €	8.544.524 €	16.267.370 €	
2011	3.592.537 €	228.120 €	7.337.679 €	6.086.082 €	9.309.393 €	17.065.094 €	
2012	3.482.827 €	37.264 €	5.766.171 €	11.058.836 €	8.699.734 €	16.852.395 €	
2013	2.685.624 €	69.123 €	3.334.272 €	5.255.737 €	7.723.376 €	16.017.274 €	
2014	3.004.492 €	220.289 €	3.733.634 €	4.854.372 €	6.850.591 €	17.700.965 €	
2015	3.140.562 €	35.912 €	4.051.996 €	4.956.202 €	7.480.076 €	12.318.277 €	
2016	3.139.449 €	401.461 €	4.817.786 €	4.650.704 €	8.255.972 €	13.515.274 €	

Nota: Os valores apresentados estão a preços constante tendo como referência o ano de 2010.

Relativamente à tabela II, destacamos o financiamento do estado do Reino Unido em 2009 (9.309.393 e) e dos recursos próprios de Espanha em 2010 (22.132.000  $\in$ ), como sendo os maiores investimentos, já no que se refere aos menores investimentos, destacamos o Financiamento do Estado de Portugal em 2013 (2.685.624  $\in$ ) e os Recursos Próprios de Portugal em 2015 (35.912  $\in$ ).

Tabela III Número de Atletas e PIB per Capita de Portugal, Espanha e Reino Unido – Elaboração Própria

	FEDERAÇÃO PORTUGUESA ATLETISMO			ederación de Atletismo	UNITED KINSDOM ATHLETICS		
	Nº de	PIB per	Nº de	PIB per	Nº de	PIB per	
	Atletas	capita	Atletas	capita	Atletas	capita	
2005	10760	16600	110673	23500	153134	30000	
2006	11468	16800	111411	24100	152690	30600	
2007	11954	17200	83437	24500	113131	31100	
2008	13576	17200	77940	24400	104827	30700	
2009	14500	16700	79816	23300	107212	29200	
2010	14998	17000	75549	23200	101809	29500	
2011	14565	16700	71912	22900	97322	29700	
2012	14484	16100	80309	22200	109373	30000	
2013	14991	16000	62355	21900	84921	30400	
2014	14835	16300	65292	22300	88921	31000	
2015	15284	16600	70911	23100	96574	31500	
2016	14542	17000	74087	23800	100899	31800	

Nota: Os valores apresentados na coluna *PIB per capita* encontram-se a preços constantes (fonte: Eurostat – Real GDP per Capita)

Na tabela acima (III), podemos observar o número de atletas distribuídos por 12 anos e pelos três países em estudo, destacando o  $N^o$  de Atletas do Reino Unido em 2005 (153.134) e o de Portugal no mesmo ano (10.760). No que ao *PIB per Capita* diz respeito destacamos em 2015 o Reino Unido (31.500  $\ensuremath{\in}$ ) e, no sentido inverso, Portugal em 2005 e 2015 (16.600  $\ensuremath{\in}$ ).

## IV. RESULTADOS

Na investigação desenvolvida nesta dissertação, após abordada a metodologia selecionada e apresentados os dados que serviram de base para esta análise, serão

apresentados e discutidos os resultados obtidos na pesquisa. O subcapítulo que se segue compreende uma análise descritiva dos dados, passando por uma análise correlacional das variáveis em estudo e uma análise conceptual com recursos a uma regressão linear múltipla para verificação das hipóteses de pesquisa.

Posto isto, através da tabela IV são apresentadas as principais medidas de tendência central e dispersão da amostra utilizada.

Tabela IV
Estatísticas Descritivas – Elaboração Própria

	Resultados Desportivos	Financiamento Estado	Recursos próprios	Nº de Atletas	PIB per Capita
Média	5,220	6010515	8375796	67791	23469
Desvio-padrão	2,684	2153678	7054080	43232	5747
Mínimo	1,647	2685624	35912	10760	16000
Máximo	13,703	9309393	22132000	153134	31800
Soma	187,903	216378547	301528652	2440461	844900
N	36	36	36	36	36

Pela tabela acima podemos observar que dos três países em estudo a média dos *Resultados* obtidos é de 5,220, sendo o valor máximo de 13,703 (Reino Unido) e o valor mínimo 1,647 (Portugal). No que se refere ao *Financiamento Estado*, a média obtida pelos três países em estudo é de 6.010.515, sendo 9.309.393 (Reino Unido) o valor mais elevado e 2.685.624 (Portugal) o valor mais baixo. Relativamente à média dos *Recursos Próprios* obtidos nos 12 anos em estudo foi de 8.375.796, destacando o valor mais elevado de 22.132.000 (Espanha) e o valor mais baixo 35.912 (Portugal). No que respeita ao *Nº de Atletas* a média destes três países nos últimos 12 anos é de 67.791, sendo 153.134 (Reino Unido) o maior número de atletas num ano e 10.760 (Portugal) o menor, destes 12 anos em estudo. Por fim, relativamente ao *PIB per Capita*, a média destes três países é de 23.469, sendo o maior registo de 31.800 (Reino Unido) e o menor 16.000 (Portugal).

De destacar o desvio padrão de qualquer uma das variáveis em estudo, uma vez que estamos perante três realidades bastante diferentes, com principal *outsider* Portugal.

Conforme poderemos analisar pela Tabela V, foi utilizada uma correlação linear tendo como objetivo identificar a força ou intensidade da relação entre as variáveis que compõe o modelo conceptual de pesquisa, procedendo-se ao cálculo do coeficiente de

correlação de *Pearson*, permitindo assim um primeiro modelo explicativo da adequabilidade da Regressão Linear para a análise dos dados.

Tabela V Correlação Variáveis – Elaboração Própria

	Resultados	Financiamento	Recursos	Nº de	PIB per
	Desportivos	Estado	próprios	Atletas	Capita
Resultados Desportivos	1				
Financiamento Estado	0,456	1			
Recursos próprios	0,468	0,865	1		
Nº de Atletas	0,437	0,792	0,830	1	
PIB per Capita	0,445	0,827	0,878	0,907	1

Para a nossa pesquisa, tornou-se necessário verificar se a variável dependente (Resultados Desportivos) se encontra correlacionada com as variáveis explicativas (Independentes) do modelo que se pretende testar através de uma Regressão Linear. Deste modo, aplicou-se o coeficiente de correlação de *Pearson*, que, como podemos observar pela tabela V, os cinco indicadores estão positivamente correlacionados entre si, sendo as correlações estatisticamente significativas (p<0,001), sendo correlação mais elevada entre *Nº de Atletas* e *PIB per Capita* (0,907). No que diz respeito à correlação entre as variáveis independentes e a variável dependente, apesar de valores muito similares, é a variável *Recursos Próprios* aquela que tem uma maior correlação com a variável *Resultados Desportivos*.

No que se refere à utilização de uma regressão linear múltipla, conforme nos refere Sampieri et al, 2006, é "um método para analisar o efeito de duas ou mais variáveis independentes sobre uma dependente. Também é uma extensão da regressão linear só que com maior número de variáveis independentes, ou seja, serve para prever o valor de uma variável dependente conhecendo o valor e a influência das variáveis independentes incluídas na análise". Ainda neste seguimento e, conforme nos refere Marôco, 2010 "actualmente, o termo "Regressão linear" define um conjunto vasto de técnicas estatísticas usadas para modelar relações entre variáveis e predizer o valor de uma variável dependente (ou de resposta) a partir de um conjunto de variáveis independentes (ou preditoras)".

Neste seguimento, como poderemos observar pela tabela VI, para efetuar a regressão linear múltipla, recorreu-se à utilização de duas variáveis *dummy* para

representarmos a diferença média entre os países em estudo mantidas as outras variáveis constantes, sendo Portugal a categoria de referência e as variáveis *dummy* Espanha e Reino Unido.

Tabela VI Modelo explicativo dos Resultados Desportivos do Atletismo – Universo dos três países – Elaboração Própria

Estatística de regressão					
R múltiplo	0,694				
Quadrado de R	0,482				
Quadrado de R ajustado	0,375				
Erro-padrão	2,123				
Observações	36				

### **ANOVA**

	gl	SQ	MQ	F	F de significância
Regressão	6	121,496	20,249	4,494	0,002
Residual	29	130,684	4,506		
Total	35	252,180			

		Erro-				_		
	Coeficientes	padrão	Stat t	valor P	95% inferior	95% superior		
Interceptar	-17,1854851	8,9595728	-1,9181143	0,0649909	-35,5098689	1,1388988		
Financiamento Estado	-0,0000001	0,0000004	-0,2165689	0,8300606	-0,0000008	0,0000007		
Recursos próprios	0,0000001	0,0000001	0,6571883	0,5162422	-0,0000002	0,0000004		
Nº de Atletas	-0,0000255	0,0000241	-1,0564688	0,2994760	-0,0000748	0,0000239		
PIB per Capita	0,0012501	0,0005622	2,2235641	0,0341279	0,0001003	0,0024000		
Reino Unido - Dummy	-13,0311334	7,9089686	-1,6476401	0,1102211	-29,2067905	3,1445236		
Espanha - Dummy	-3,3481894	4,0111091	-0,8347291	0,4106943	-11,5518286	4,8554499		

Variável Reino Unido: variável *dummy* com valor 1 se Reino Unido e 0 se Portugal ou Espanha; Variável Espanha: variável *dummy* com valor 1 se Espanha e 0 se Portugal ou Reino Unido;

Da observação do Modelo explicativo dos Resultados Desportivos do Atletismo, a regressão linear múltipla, começando pela validação do modelo em termos globais, uma vez que F de significância é inferior a 0,05 (0,002), indica que pelo menos uma das variáveis em estudo está relacionada com os Resultados Desportivos. Ainda neste seguimento, pode-se constatar que a principal variável explicativa dos Resultados Desportivos é o PIB per Capita, sendo que a inclusão de todas as variáveis explica cerca de 40% ( $R^2 = 0,482$  e  $R^2$  ajustado = 0,375).

No que se refere ao contributo de cada uma das variáveis independes nos *Resultados Desportivos*, destaca-se o *PIB per capita* (0,0012501), seguido dos *Recursos Próprios* (0,0000001), tendo o *Nº de Atletas* (-0,0000255) e o *Financiamento do Estado* (-0,0000001) valores que apesar de negativos, representam um impacto muito reduzido na explicação dos *Resultados Desportivos*.

Tendo isto em conta, uma vez que optámos por correr um modelo único, nasceu a necessidade de recorrer a duas variáveis Dummy para prever os Resultados Desportivos de *Reino Unido – Dummy* (-13,0311334) e *Espanha – Dummy* (-3,3481894). Os valores destas variáveis, representadas no modelo por 0 e 1, deverão ser incluídos na equação para prever os Resultados Desportivos de Reino Unido ou Espanha, conforme poderemos ver abaixo.

Em resumo, os resultados da regressão linear múltipla, representados pelas equações abaixo, explicam em parte os Resultados Desportivos, com um impacto considerável para da variável independente *PIB per capita*.

Resultados Desportivos Portugal = -17,1854851 - 0,0000001 Financiamento Estado + 0,0000001 Recursos próprios - 0,0000255 Nº de Atletas + 0,0012501 PIB per Capita

Resultados Desportivos Reino Unido = -17,1854851 - 0,0000001 Financiamento Estado + 0,0000001 Recursos próprios - 0,0000255 Nº de Atletas + 0,0012501 PIB per Capita - 13,0311334

Resultados Desportivos Espanha = -17,1854851 - 0,0000001 Financiamento Estado + 0,0000001 Recursos próprios - 0,0000255 Nº de Atletas + 0,0012501 PIB per Capita - 3,3481894

# V. CONCLUSÃO

Na execução deste projeto, a recolha de dados, sejam financeiros ou desportivos, demonstraram-se a principal dificuldade na realização do mesmo. Como ideia inicial para a elaboração deste trabalho, começámos por analisar resultados financeiros e desportivos dos últimos 20 anos, isto é, cinco ciclos olímpicos, mas, pela escassez e organização dos elementos necessários tivemos que readaptar o estudo para os 12 anos acima apresentados. Outra das limitações encontradas durante a elaboração deste trabalho foi o difícil acesso aos dados necessários, assim como, a forma como os mesmos estão organizados dentro de cada uma das entidades estudadas (Federação Portuguesa de Atletismo, Real Federación Española de Atletismo e United Kingdom Athletics) pois, a sua apresentação é pouco maleável o que não permite um reajuste de dados para os trabalhar estatisticamente conforme exige este estudo.

Tendo isto em conta, optou-se por correr um modelo de regressão linear único, recorrendo a duas variáveis *Dummy* para prever os Resultados Desportivos dos três países em estudo (Portugal, Reino Unido e Espanha), sendo que os resultados da regressão explicam em parte a variável dependente, sendo o principal catalisador deste modelo a variável *PIB per Capita*.

Apesar da Revisão da Literatura ter demonstrado que existe uma clara influência do financiamento nos resultados desportivos, uma vez que uma das principais limitações deste trabalho foi a recolha de dados a longo prazo, os resultados deste estudo acabam, em parte, por não concluir um impacto previsto destas variáveis. Apesar disto, é de destacar que no que se refere à variável *Financiamento Estado* (-0,0000001), este, acaba mesmo por ter um impacto negativo nos resultados desportivos e, no sentido contrário, apesar de muito ténue, a variável *Recursos próprios* (0,0000001) tem um impacto positivo e ajuda a explicar em certa parte os resultados desportivos dos países em estudo.

Não obstante, como explica o modelo SPLISS, não deixamos de concordar que a política de financiamento dos países no desporto, neste caso no atletismo, são um dos principais fatores que influenciam positivamente a performance desportiva dos seus atletas, permitindo-lhes um foco maior na sua atividade profissional. Ainda no que se refere à revisão da literatura, destacamos que a forma como os modelos organizativos

desportivos de cada país poderão ter influência na aplicabilidade do financiamento do estado, podendo ter impacto direto nos resultados.

A elaboração deste trabalho, disponibiliza uma diferente organização da informação (financiamento e principalmente resultados desportivos) e o desenvolvimento de uma matriz de avaliação de resultados desportivos (para que possam ser comparáveis entre países), que permitiu a reflexão e avaliação da forma como poderão ser analisados os resultados desportivos do desporto em geral e do atletismo em particular.

Propõem-se que para o desenvolvimento desta temática, sejam realizadas matrizes de avaliação do impacto do financiamento nos resultados desportivos das referidas Federações, e que o mesmo possa ser utilizado para outras modalidades, para que a avaliação dos resultados desportivos possa ter uma outra base de análise que permita que, ao longo dos anos, as pessoas responsáveis pelas entidades que tutelam o desporto tenham mais ferramentas de análise para uma melhor tomada de decisão. Ainda neste seguimento, pensamos que, em complemento ao trabalho efetuado, poderão ser analisadas outras variáveis explicativas dos resultados desportivos, incluindo a "qualidade" dos diferentes sistemas desportivos de cada um dos países que se queira estudar.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. In: Richardson, J. (Ed.), *Handbook of theory and research for the sociology of education*, Greenwood: New York, pp.241–258.
- Casteuble, T. (1997). Using financial ratios to assess performance. *Association Management* 49 (7), 29-36.
- Constantino J., (2015). Comité Olímpico de Portugal. A organização do desporto em Portugal |Em linha|.
  - Disponível em: http://comiteolimpicoportugal.pt/wp-content/uploads/2015/11/Apresentacao-COP-Barcelona.pdf |Acesso em: 2017/05/02|.
- De Bosscher, V., De Knop, P., Vam Bottenburg, Maarten & Shibli, Simon'A (2006). A conceptual framework for analysing sports policy factors leading to international sporting sucess'. *European Sport Management Quarterly* 6 (2), 185-215.
- De Bosscher, V., De Knop, P., Heyndels, B. (2003a). Comparing relative sporting success among countries: create equal opportunities in sport. *Journal for Comparative Physical Education and Sport* 3 (3), 109-120.
- De Bosscher, V., De Knop, P., Heyndels, B. (2003b). Comparing tennis success among countries. *International sport studies* 1, 49-69.
- Deloitte (2018) Estudio comparativo internacional de los modelos de deporte de alto nível |Em linha.| Disponível em: http://fep.es/prensa/07062018\_ADESP\_Estudio\_comparativo\_internacional\_mod elos deporte alto nivel.pdf
- Gerrard, W. (2004). Sport Finance. In: Beech, J. & Chadwick, S. (Eds), *The Business of Sport Management*, Pearson Education: Edinburgh Gate, pp. 154-190.
- Gobierno de Espana: Ministério de Educación, Cultura Y Deporte (2017). Consejo Superior de Deportes. |Em linha|.

  Disponível em: http://www.csd.gob.es/csd/legislacion/estructura-del-deporte-

espanol/3-estructura-del-deporte-espanol/Acesso em: 2017/05/17|.

Hall, M., Andrukow, A., Barr, C., Brock, K., Wit, M. & Embuldeniya, D. (2003), The capacity to serve: A qualitative study of the challenges facing Canada's nonprofit and voluntary organizations, Canadian Centre for Philanthropy: Toronto, ON.

- A relevância do Financiamento na Performance do Atletismo
- Harrison, J. & Sexton, C. (2004). The paradox of the not-for-profit hospital. *Health Care Manager* 23 (3), 92-204.
- Hoffmann, R., Ging, L.C., & Ramasamy, B. (2001). Public policy and Olympic success. *Applied Economic Letters* 9, 545-548.
- Internacional Association of Athletics Federations (2017). Internacional Association of Athletics Federations. |Em linha|.
  - Disponível em: https://www.iaaf.org/home|Acesso em: 2017/05/27|.
- Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (2015). Instituto Português do Desporto e Juventude . |Em linha|.
  - Disponível em: http://www.idesporto.pt/conteudo.aspx?id=101 |Acesso em: 2017/05/02|.
- Kikulis, L., Slack, T. & Hinings, B. (1992). Institutionally Specific Design Archetypes:

  A Framework for Understanding Change in National Sport Organizations.

  International Review for the Sociology of Sport 27 (4), 343-368.
- Kimberly, J.R. & Rottman, D. B. (1987). Environment, Organization, and Effectiveness: A Biographical Approach. *Journal of Management Studies* 24 (6), 595-622.
- $KPMG\ (2014)\ Benchmarking\ Analysis\ on\ Sport\ Organizations.\ |Em\ linha|.$ 
  - Disponível em: http://www.sport.fi/system/resources/W1siZiIsIjIwMTQvMDQvMDQvMTRfND NfMDRfMTk1X0tQTUdfQmVuY2htYXJraW5nX0FuYWx5c2lzX29uX1Nwb3J 0X09yZ2FuaXphdGlvbnMucGRmIl1d/KPMG%20Benchmarking%20Analysis% 20on%20Sport%20Organizations.pdf |Acesso em: 2017/05/27|.
- Marôco, J. (2010) *Análise Estatística com PASW (ex SPSS)*, Pêro Pinheiro, ReportNumber: 689.
- Mestre, Alexandre M. (2004), *O Desporto Na Constituição Europeia: o Fim do "Dilema de Hamlet"*, Coimbra: Almedina.
- Newbold, P., Carlson, W., Thorne, B. (2013). *Statistics for Business and Economics*, 8<sup>a</sup>Ed.Boston: Pearson.
- Oakley B., & Green, M. (2001). The production of Olympic champions: international perspectives on elite sport development system. *European Journal for Sports Management* 8, 83-105.

PWC (2012) Avaliação do Impacto do Financiamento Público dos Ciclos Olímpicos e Paralímpicos 2001-2012. [Em linha].

Disponível em:

http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c32467 9626d56304c334e706447567a4c31684a5355786c5a793944543030764f454e4651 304d765247396a6457316c626e52766330466a64476c32615752685a4756446232 317063334e6862793969596a6b355a546b7a595330795a4745354c54526a4d574d 744f4446694e53303559544d324e7a45334e4759774d3245756347526d&fich=bb9 9e93a-2da9-4c1c-81b5-9a367174f03a.pdf&Inline=true |Acesso em: 2017/05/27|.

- Sampieri, R. H.; C. F. Collado; P. B. Lucio (2006), *Metodologia de Pesquisa*, São Paulo, McGraw-Hill: 480.
- Smith, D. H. (2000). Grassroots associations. Sage: Thousand Oaks, CA.
- Tenreiro, F. (2012) *A Eficiência Económica do Modelo de Desporto Europeu: A Economia das Federações*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- Thibault, L., Slack T. & Hinings, B. (1993). A framework for the analysis of strategy in non-profit sport organizations. *Journal of Sport Management* 7, 25-43.
- Winand, M., Zintz, T. & Scheerder, J. (2012). A financial management for sport federations. *Sport, Business and Management: An International Journal* 2 (3), 225-240.

# LEGISLAÇÃO

- ESPANHÃ Gobierno de Espana Ley 10/1990, de 15 de outubro Consejo Superior de Deporte "Boletín Oficial del Estado" n°249 (17.10.1990) 30397-30411.
- PORTUGAL Assembleia da República Decreto-Lei nº 273/2009, de 01 de outubro Define o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo "Diário da República" nº191, Série I (01.10.2009) 7087-7093.
- PORTUGAL Assembleia da República Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto "Diário da República" nº11, Série I (16.01.2007) 356-363.
- PORTUGAL Assembleia da República Portaria 103/2014 de 15 de maio Fixa os resultados desportivos a considerar, o montante e os termos da atribuição de

A relevância do Financiamento na Performance do Atletismo prémios em reconhecimento do valor e mérito de êxitos desportivos "Diário da República" nº93, Série I (2014/05/15).

# **ANEXOS**

Anexo I Mapa de Coeficientes

Ouro	Prata	Bronze	Participação	4º	5º	6º	<b>7</b> º	8ō	9º	10º	11º	12º	13º	14º	15º	16º
1,000	0,900	0,870	0,001	0,720	0,710	0,700	0,690	0,680	0,650	0,230	0,230	0,220	0,220	0,220	0,220	0,21

Carrianna	4 000		Ouro	Prata	Bronze	Participação	4º	5º	6º	7º	8₀	9º	10º	11º	12º	13º	14º	15º	16º
Seniores	1,000																		-
Jogos Olímpicos	1,000	1,000	1,00000	0,90000	0,87000	0,00100	0,72000	0,71000	0,70000	0,69000	0,68000	0,65000	0,23000	0,23000	0,22000	0,22000	0,22000	0,22000	0,210
Campeonato do Mundo de Pista	0,500	0,500	0,50000	0,45000	0,43500	0,00050	0,36000	0,35500	0,35000	0,34500	0,34000	0,32500	0,11500	0,11500	0,11000	0,11000	0,11000	0,11000	0,105
Campeonato da Europa de Pista	0,225	0,225	0,22500	0,20250	0,19575	0,00023	0,16200	0,15975	0,15750	0,15525	0,15300	0,14625	0,05175	0,05175	0,04950	0,04950	0,04950	0,04950	0,047
				-															
Sub-23	0,200																		
Campeonato da Europa	0,191	0,038	0,0382	0,0344	0,0332	0,0000382	0,0275	0,0271	0,0267	0,026358	0,026	0,0248	0,0088	0,0088	0,0084	0,0084	0,0084	0,0084	0,00
Juniores	0,500																		
Campeonato do Mundo de Pista	0,500	0,250	0,25	0,225	0,2175	0,00025	0,18	0,1775	0,175	0,1725	0,17	0,1625	0,0575	0,0575	0,055	0,055	0,055	0,055	0,052
Campeonato da Europa de Pista	0,250	0,125	0,125	0,1125	0,1088	0,000125	0,09	0,0888	0,0875	0,08625	0,085	0,0813	0,0288	0,0288	0,0275	0,0275	0,0275	0,0275	0,026
Juvenis	0,400																		
Campeonato do Mundo de Pista	0,500	0,200	0,2	0,18	0,174	0,0002	0,144	0,142	0,14	0,138	0,136	0,13	0,046	0,046	0,044	0,044	0,044	0,044	0,04